

Goiânia - GO, 02 de abril de 2026.

MUNICÍPIO DE SONORA - MS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2026

## IMPUGNAÇÃO

A **HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ sob nº 05.743.288/0001-08, com sede na Rua 104, Nº 74, Setor Sul, CEP 74083-300, Goiânia – GO, por seu representante legal ao final assinado, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento nas disposições do Ato de Convocação (Edital) e nas Leis nº 10.502/02 e 14.133/21, oferecer **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

### - DOS FATOS

Nos termos do que se observa do edital em referência, dispensa eletrônica, do tipo menor preço, o certame tem como finalidade a **“Contratação de empresa para aquisição de 01 (um) Aparelho de Ultrassonografia para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde deste município(...)”**

Interessada em participar do pregão em referência, a peticionária obteve cópia do Edital, oportunidade em que notou a necessidade de impugnação ao item.

Senhores, impugnamos o **ITEM 1 - APARELHO DE ULTRASSOM**:

#### 1. DA COMBINAÇÃO INDEVIDA DE TECNOLOGIAS DE DIFERENTES FABRICANTES

O edital apresenta um conjunto de exigências técnicas que, analisadas em conjunto, demonstram a **combinação de tecnologias proprietárias pertencentes a diferentes fabricantes e linhas de equipamentos**, caracterizando direcionamento velado.

Destacam-se:

**a) Automação dos cortes cardíacos fetais em 3D**

A exigência de:

**“Posicionamento semiautomático ou automático dos principais cortes para avaliação da morfologia do coração fetal em 3D e 3D cineloop”**

refere-se a tecnologias específicas presentes em equipamentos premium, como:

- Voluson E10 da GE Healthcare (SonoVCAD Heart / Fetal Heart Navigation);
- EPIQ Elite da Philips (automação avançada de análise fetal);
- Samsung HERA W10 (automação fetal avançada).

Tais funcionalidades não são padronizadas no mercado, estando restritas a equipamentos de alto custo e tecnologia proprietária.

#### **b) Transdutor matricial e/ou tecnologia de onda pura**

O edital exige:

- **Transdutor matricial**, presente em equipamentos como:
  - Voluson E10 – GE Healthcare
- **Tecnologia de Pure Wave (“onda pura”)**, característica de equipamentos como:
  - EPIQ Elite – Philips

Trata-se de **tecnologias distintas**, não necessariamente combinadas em um único equipamento, evidenciando exigência inconsistente.

#### **c) Painel deslizante (ergonomia avançada)**

A exigência de painel deslizante é uma característica altamente específica, encontrada principalmente em:

- HERA W10 – Samsung Healthcare

Sendo que equipamentos como:

- Voluson E10 – GE Healthcare
- EPIQ Elite – Philips

possuem apenas painéis articuláveis, não deslizantes no mesmo conceito.

## **2. DA CONFIGURAÇÃO DE DIRECIONAMENTO**

A soma das exigências:

- Automação cardíaca fetal em 3D
- Transdutor matricial
- Tecnologia de onda pura
- Painel deslizante
- Software de apoio à telemedicina

configura um **conjunto híbrido de tecnologias** que não corresponde de forma ampla a nenhum **portfólio padrão de mercado**, mas sim à combinação de características isoladas de equipamentos como:

- HERA W10 (ergonomia e automação fetal avançada)
- Voluson E10 (automação fetal avançada)
- EPIQ Elite (recursos avançados e transdutores onda pura)

Caracterizando, assim, **restrição indevida à competitividade**.

### 3. DAS INCONSISTÊNCIAS TÉCNICAS

O edital ainda apresenta falhas como:

- **Repetição do transdutor convexo**, evidenciando erro de especificação
- Faixa de frequência com tolerância genérica (**±1 MHz**), sem justificativa clínica
- Mistura de requisitos de equipamentos premium com especificações genéricas

### 4. DA EXIGÊNCIA DE TELEMEDICINA RESTRITIVA

O edital exige:

***“Software de apoio à telemedicina, permitindo acesso remoto ao equipamento fora da rede hospitalar”***

Tal exigência é restritiva, pois:

- Não é funcionalidade nativa e padronizada em todos os fabricantes
- Equipamentos como:
  - EPIQ Elite – Philips
  - Voluson E10 – GE Healthcare

utilizam **plataformas intermediárias seguras**, e não acesso direto irrestrito ao equipamento.

### 5. DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO

Requer-se:

✓ **Remoção ou flexibilização de exigências** como:

- Painel deslizante;
- Tecnologias proprietárias específicas;
- Automação avançada não essencial;
- Acesso remoto irrestrito direto fora da rede.

✓ Substituição por requisitos funcionais, como:

- Compatibilidade com telemedicina via plataformas seguras apenas para transmissão em tempo real do exame fora da rede hospitalar e não, abranger um acesso irrestrito ao equipamento de outras localidades.

✓ Correção das inconsistências técnicas

## – DO DIREITO

### Da não observância ao Princípio da Competitividade do Procedimento Licitatório e da Isonomia.

No que diz respeito aos princípios norteadores do direito administrativo, é importante salientar:

O objetivo primordial da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa à Administração Pública. Com este intuito, as licitações devem propiciar a participação do maior número possível de concorrentes, com vistas a que o Poder Público possa efetivamente selecionar a proposta mais vantajosa dentre um maior número de propostas.

Nesse sentido, deve a licitação desenvolver-se com base no princípio da competitividade, sendo vedadas quaisquer condições que de alguma forma restrinjam ou comprometam seu caráter competitivo. O artigo 9º, inciso I da Lei 14.133/21, expressamente veda aos agentes públicos:

**“Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.”** (Grifos nossos)

Ora, os itens questionados do Edital comprometem o caráter competitivo do mesmo, pois exclui desmotivadamente licitantes que detenham condições técnicas e econômicas para fazer o fornecimento.

A doutrina brasileira é pacífica ao afirmar que, com base na lei de licitações, é expressamente proibido estabelecer qualquer condição estranha ao objeto do contrato que limite a competição do procedimento licitatório, vedando-se a inclusão de *“cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou*

*frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão de **circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato**<sup>1</sup>.*

No caso em pauta, deve prevalecer o princípio da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com base no caráter competitivo do certame:

*"Competência discricionária não pode ser utilizada para frustrar a vontade constitucional de garantir o mais amplo acesso de licitantes".*

Pode-se, inclusive, vislumbrar a existência de favoritismo administrativo, visto que o Edital em alguns itens privilegiou expressamente empresa específica.

Cabe ressaltar que a observância do princípio constitucional da isonomia e o propósito de selecionar a proposta mais vantajosa para Administração Pública são os princípios basilares do procedimento licitatório, conforme disposto no caput do artigo 3º da Lei Federal de Licitações:

Artigo 3º **A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia** e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos. (Grifos nossos)

Sobre a igualdade dos administrados em face da Administração, já disse Celso Antônio Bandeira de Mello que esse princípio

"firma a tese de que esta [a Administração] não pode desenvolver qualquer espécie de favoritismo ou desvalia em proveito ou detrimento de alguém. Há de agir com obediência ao princípio da impessoalidade. (...) A exigência de licitação para a realização de negócios com os particulares não traduz apenas o desejo estatal de obter o melhor produto ou serviço com menores ônus. Implica, também, a obrigação de oferecer aos particulares, que se dispõem a fornecer o bem ou o serviço, a oportunidade de disputar em igualdade de condições. Assim, o instituto da licitação não tem em mira, apenas, os cômodos do Estado, mas também, encarece interesses dos particulares em face dele. **Não basta, portanto, que a Administração possa demonstrar que realizou operação, em tese, vantajosa para o Estado. Importa que demonstre, ainda, ter oferecido oportunidades iguais a todos os particulares.** Só assim se evidenciarão o tratamento isonômico a que

---

<sup>1</sup> Carlos Ari Sundfeld, in Licitação e Contrato Administrativo, 2ª edição, 1994, Ed. Malheiros.

fazem jus e a ausência de favoritismo na utilização de poderes ou na dispensa de benefícios dos quais a Administração é depositária e curadora, em nome de terceiro, por se tratar de interesses públicos.<sup>2</sup>

Conforme já ressaltado, o item questionado do Edital configura justamente esse tipo de cláusula instituidora de limitação e restrição à licitação, com a consequente implementação da desigualdade entre iguais. Afinal, não há outra razão para a inclusão de tal item a não ser a limitação de participantes no certame.

Assim, é lição escorreita no Direito Administrativo que o **“princípio da igualdade”** constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar igualdade de direitos a todos os interessados em contratar.

Também, no âmbito do presente Edital, fica demonstrada a violação ao princípio da legalidade, com base no qual a Administração Pública só pode exercer suas atividades na mais estrita consonância com os termos legais. Assim, de acordo com os ensinamentos de Celso Antônio Bandeira de Melo, o *“princípio da legalidade é a completa submissão da Administração às leis”*<sup>3</sup>.

O **princípio da legalidade** para a Administração Pública se traduz na estreita relação que limita a atuação do agente público aos termos da lei.

No dizer da doutrina:

*“a) Legalidade*

*É agora uma prescrição jurídica expressa no capítulo da licitação, que limita a possibilidade de arbítrio do poder discricionário da Administração Pública, sendo que a finalidade do ato, dentro da razoabilidade, deve conformar-se com os ditames legais”* (Antônio Roque Citadini, Comentários e Jurisprudência sobre a Lei de Licitações Públicas, 3ª edição, Ed. Max Limonad, pg. 39 – destacamos).

*“É o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma: a consagração da idéia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de*

<sup>2</sup> Op. Cit., pp.43/46.

<sup>3</sup> Celso Antônio Bandeira de Mello, in Curso de Direito Administrativo, 12ª edição, 2000, Ed. Malheiros.

*comandos complementares à lei” (Celso Antônio Bandeira de Mello, Curso de Direito Administrativo, 11ª edição, Ed. Malheiros, pg. 58 - grifamos).*

*“A legalidade, como princípio de administração (Constituição Federal, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.*

*(...)*

*Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza” (Hely Lopes Meirelles, Direito Administrativo Brasileiro, 20ª edição, Ed. Malheiros, pg. 82 – grifos nossos).*

Conclui-se, portanto, que a Administração Pública deve agir em estrito cumprimento à lei.

#### **- CONCLUSÃO E REQUERIMENTOS**

Assim sendo, a Impugnante requer o acolhimento desta Impugnação, em especial para promover a correção do Edital, para que seja excluído o direcionamento na descrição do produto constante e que sejam retificados os vícios existentes para que o mesmo não seja fracassado, frustrando a eficiência do certame, alterando-se, pois, o edital, em termos que apresentem a necessidade do órgão quanto ao equipamento a ser adquirido, devendo-se publicar correção, e, conseqüentemente, prorrogando a data da licitação.

Ressalte-se que, **a decisão deverá ser apresentada de forma motivada e objetiva**, de sorte a atender as determinações previstas nos princípios norteadores da Administração Pública, sob pena de serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Termos em que, pede e espera deferimento.

Desta forma agradecemos a atenção.

*Ana Paula G. Fagundes*

HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

ANA PAULA GONÇALVES FAGUNDES

REPRESENTANTE LEGAL

RG: 4980958 PC/GO

CPF: 007.559.551-61

[licitacao@hospcom.net](mailto:licitacao@hospcom.net)